“Preto, pobre, perigoso, passado periculoso”: seletividade penal e resistência cultural periférica, uma análise de discurso de produções musicais de ritmos originados nas favelas brasileiras

Maria Clara de Lisieux Kalil

Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética (BIOGEPE) da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Estagiária do escritório Kincaid Mendes Vianna Advogados. LATTES: http://lattes.cnpq.br/8508228575737791_ ORCID: 0009-0008-5405-5863. E-mail: mariaclaralkalil@gmail.com

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Pós-Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Relações Internacionais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDV (Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais). Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. LATTES: http://lattes.cnpq.br/8933361259561564_ ORCID: 0000-0003-4303-4211. E-mail: elda.cab@gmail.com

Gabriel Silveira de Queirós Campos

Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Mestre em Criminologia e Justiça Criminal (Universidade de Oxford). Professor na Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Procurador da República. LATTES: http://lattes.cnpq.br/9493693459382613_ ORCID: 0000-0002-9244-157X. E-mail: gabrielsqcampos@gmail.com

Resumo: O presente trabalho investiga a seletividade penal brasileira e sua interseção com a resistência cultural periférica, focando em gêneros musicais oriundos das favelas, como *trap*, *rap* e *funk*. Sob a perspectiva da Criminologia Crítica, analisa-se como a criminalização recai desproporcionalmente sobre jovens negros e pobres das periferias, destacando a função repressiva do aparato penal. Através da metodologia da Análise de Discurso (AD), letras de músicas populares são examinadas para explorar narrativas de resistência que desafiam a opressão estrutural e reivindicam identidades subalternas. Os resultados mostram que a música expressa vivências de desigualdade e constitui um espaço de emancipação social e denúncia de direitos humanos, reforçando a importância da cultura periférica como meio de resistência e transformação social. Conclui-se pela necessidade de políticas públicas que valorizem tais manifestações artísticas, integrando-as a currículos educacionais e ações para reduzir desigualdades.

Palavras-chave: Seletividade penal. Resistência cultural. Favelas. *Trap*. Análise de Discurso (AD).

Sumário: Introdução – **1** Raça, classe, seletividade penal e resistência cultural à luz da Criminologia Crítica: uma breve revisão de literatura – **2** Método: a Análise de Discurso (AD) aplicada aos gêneros musicais da periferia negra (*trap*, *rap* e *funk*) – **3** Resistência negra e periférica ao sistema penal: os resultados da análise – **4** Considerações finais – Referências

Introdução

É nítida a permanência de legados culturais fortemente eurocêntricos na formação da estrutura social atual brasileira. Não é difícil constatar que indivíduos marginalizados e socialmente excluídos são, predominantemente, pretos ou pardos, e moradores de periferias. E, para piorar, o sistema penal, em sua atuação seletiva, segue perseguindo tais minorias, de forma a exercer um controle punitivo opressor e estigmatizado.

A punição de uma parcela seleta da coletividade é uma escolha, de certa forma, consciente dos produtores e aplicadores do Direito Penal. Nesse sentido, é relevante discutir a distinção de tratamento entre os cidadãos moradores das favelas e os cidadãos “não marginalizados”, a sugerir que o aparato estatal de persecução penal segue punindo pessoas por influência de suas condições econômicas e sociais.

Sob a perspectiva teórica da Criminologia Crítica, a presente pesquisa buscou investigar as interações entre a seletividade penal e a resistência cultural de comunidades subalternas. Com efeito, moradores de periferias e favelas, ao longo do tempo, valeram-se de produções culturais para questionar e testemunhar a estrutura do poder dominante, injusto e opressor. As formas de expressão artística das comunidades periféricas são, de fato, importantes meios de denúncia das mazelas sociais sofridas por indivíduos excluídos e, conseqüentemente, sofrem constantes perseguições e tentativas de censura.

A metodologia adotada para a investigação ora proposta é a Análise de Discurso (AD) de músicas de *trappers* que alcançaram significativa popularidade no Brasil, especialmente entre a juventude negra e moradora de periferias. Não é novidade que ritmos originados nas favelas brasileiras, como o *trap*, o *rap* e o *funk*, denunciam a seletividade das instâncias formais de controle social (polícia, por exemplo). A reprovação social das formas de expressão cultural das periferias, com efeito, parece estar atrelada a uma tentativa de se criminalizar a própria pobreza. O trabalho busca, através da AD,

identificar os processos de construção de sentidos presentes nas letras de músicas, identificando como os artistas expressam, por meio da arte, suas vivências e resistência ao sistema penal.

A partir da análise, será possível, ao final, discutir algumas questões relevantes relacionadas à formulação e implementação de políticas públicas que efetivamente reconheçam e incentivem as manifestações culturais das periferias como forma de resistência e inclusão social.

1 Raça, classe, seletividade penal e resistência cultural à luz da Criminologia Crítica: uma breve revisão de literatura

Sob uma perspectiva criminológica crítica – a seguir mais bem delineada –, não há como analisar a (má) atuação das instâncias formais de controle social no Brasil, em especial o aparato penal, sem reconhecermos a importância dos problemas da raça e da pobreza na formação da sociedade brasileira.

Com efeito, desde as décadas de 1920 e 1930, uma gama de intelectuais se debruçou sobre o trabalho de analisar a sociedade brasileira, que, até então, somente havia sido vista perante olhares europeus. Na tentativa de compreender as mazelas sociais de uma realidade pós-Primeira Guerra Mundial, pensadores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes partiram de uma perspectiva étnico-racial para justificar as corrupções e hospitalidades dos brasileiros, bem como a harmonização social local.

Já referidos como “demiurgos” por Antônio Cândido, esses autores pioneiros na interpretação da sociedade nacional imprimiram, em suas teorias, percepções pessoais que acarretaram a inserção de diversos paradigmas no imaginário brasileiro. Na contemporaneidade, essas conjecturas continuam a demonstrar o “peso” das etnocêntricas heranças coloniais do Brasil (COPELLI, 2021), porque a base majoritária de tais teorias foi atrelada à ideia de *raça* – conceito criticado por não passar de uma mera justificativa para as práticas do imperialismo ocidental e da escravidão (SUSSMAN, 2014). No campo científico, aliás, o conceito de raça perdeu qualquer validade como categoria biológica, porém segue sendo uma categoria analítica fundamental para as ciências sociais, sendo um conceito “etno-semântico, político-ideológico” (MUNANGA, 2006, p. 50).

Na análise da formação da sociedade brasileira, é inevitável observar como a desigualdade racial implica em distinções odiosas nos mais variados aspectos da vida social desde muito tempo atrás. Com efeito, a escravização

de grandes contingentes populacionais africanos no Brasil, que perdurou por séculos desde o “descobrimento”, teve como efeito a implementação no país de uma cultura refletida nos vínculos discriminatórios entre brancos e pretos, que perdura nas dinâmicas interpessoais entre nós ainda hoje (SILVA, 2018).

A esfera da raça, todavia, não é suficiente – assim pensamos – para compreender a magnitude da desigualdade social no Brasil. É necessário discutir as interseccionalidades e imbricações entre raça e classe, tema presente nas ciências sociais brasileiras desde Florestan Fernandes e seu livro clássico *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicado originalmente em 1964.

Exemplo desse panorama é que, ainda na atualidade, dados empíricos revelam que a desigualdade social no Brasil continua a ser uma realidade significativa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indivíduos negros e de baixa renda permanecem em condições de maior vulnerabilidade social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019 indicam que o rendimento por hora de trabalho de indivíduos brancos com nível superior era de R\$33,90, enquanto pretos e pardos com o mesmo nível educacional recebiam R\$23,50 por hora, evidenciando uma significativa disparidade salarial entre esses grupos. No que tange ao desemprego, o mesmo estudo revelou que, em 2019, a taxa de desocupação para brancos foi de 9,3%, ao passo que, para pretos ou pardos, esse índice alcançou 13,6% (IBGE, 2020). Esses dados demonstram uma maior vulnerabilidade econômica para as populações negras no mercado de trabalho brasileiro.

Já em 2022, a desigualdade salarial entre brancos e pretos ou pardos persistiu: o rendimento médio por hora de trabalhadores brancos foi de R\$20,00, valor 61,4% superior ao dos trabalhadores pretos ou pardos, que recebiam, em média, R\$12,40 (IBGE, 2023a). Recentemente, a PNAD Contínua, referente ao terceiro trimestre de 2023, reafirmou essa disparidade, com o apontamento de que a taxa de desemprego entre pretos ou pardos foi de 10,6%, enquanto entre brancos foi de 6,2% (IBGE, 2023b).

O *link* entre raça e classe pode ser analisado sob diferentes prismas. Tem sido frequente a referência à expressão *aporofobia*, criada por Adela Cortina (2020). Para ela, existiria, na base do racismo – e também da xenofobia e dos fundamentalismos religiosos –, um tipo de rejeição ou aversão aos pobres. Essa parece ser uma realidade social inegável no Brasil contemporâneo. Por outro lado, há quem enxergue uma espécie de prevalência do elemento

raça sobre o problema de classe, defendendo que a maior característica das estruturas políticas, sociais e jurídicas nacionais é o racismo (SANTOS, 2020).

Seja como for, raça e classe, portanto, são conceitos fundamentais para uma correta compreensão das “hierarquias sociais” (AGUIAR, 2007, p. 83) vigentes no Brasil até os dias atuais. A comunidade nacional segue sendo caracterizada pela marginalização e exclusão da parcela social preta e pobre. Tal quadro não só ocasiona discriminações interpessoais em incontáveis espaços sociais como, por exemplo, o mercado de trabalho, escolas e universidades, mas também acarreta um fenômeno bastante estudado pela criminologia: a seletividade do poder punitivo no Brasil.

Com efeito, a operação seletiva das instâncias formais de controle social no Brasil, sobretudo a penal, tem sido denunciada por pensadores de uma consolidada tradição criminológica em nosso país, a Criminologia Crítica. Inspirada na obra seminal de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, *Punição e Estrutura Social*, de 1939, a Criminologia Crítica pode ser considerada uma dentre inúmeras “perspectivas político-criminais alternativas” (CARVALHO, 2022, p. 77) de resistência ao punitivismo, tais como o garantismo penal, o Direito Penal mínimo e o abolicionismo penal. Em comum, todas essas perspectivas fornecem argumentos para a crítica e a deslegitimação do sistema penal.

A Criminologia Crítica denuncia o “etiquetamento” (*labelling*) ou rotulação de determinados grupos sociais enquanto desviantes, característica das sociedades e dos sistemas punitivos contemporâneos (SILVA; CURY, 2021). Particularmente no Brasil, a seletividade penal indica como alvos preferenciais do sistema penal indivíduos e comunidades pobres, negros, ex-presidiários e outras minorias, escolhidos para integrar um grupo – cada vez mais numeroso – de “inimigos do Estado”, cuja delinquência lhes retira o *status* de cidadãos, tornando-os destinatários de um verdadeiro Direito Penal do Inimigo, como sustenta Günther Jakobs (2008).

O mito da igualdade no sistema penal brasileiro é desvelado através de dois conceitos criminológicos fundamentais: criminalização primária (legislativa) e criminalização secundária (persecução penal). À luz da Criminologia Crítica, tanto a incriminação legal de comportamentos desviantes (processos de criminalização) quanto a atuação concreta das agências integrantes do sistema penal – polícias, Ministério Público e Poder Judiciário – na repressão de delitos ocorrem de modo seletivo, dirigindo-se, na maioria das vezes, contra certos grupos de indivíduos, e não contra determinadas ações (ZAFFARONI, 2003). Nos dizeres de Nilo Batista, “[...] a Criminologia Crítica insere o sistema

penal – e sua base normativa, o direito penal – na disciplina de uma sociedade de classes historicamente determinada e trata de investigar, no discurso penal, as funções ideológicas de proclamar uma igualdade e neutralidade desmentidas pela prática” (BATISTA, 2001, p. 32-33).

Embora uma das funções declaradas do Direito Penal seja a defesa de bens jurídicos, a Criminologia Crítica auxilia a revelar a finalidade oculta do sistema penal, definida por Zaffaroni e Pierangeli como a proteção dos interesses sociais das classes dominantes, que têm o objetivo de manter suas condições políticas, sociais e econômicas (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2013).

Por outro lado, tendo sido alvo de condições históricas excludentes, as comunidades subalternas, ao longo dos anos, desenvolveram formas de oposição e resistência aos discursos eurocêntricos hegemônicos. Destacam-se as manifestações culturais negras e periféricas enquanto expressão legítima de denúncia das mazelas sociais enfrentadas pela parcela social brasileira preta e pobre, desde sempre marginalizada.

Em contrapartida, as manifestações culturais e artísticas pretas sempre viveram a ameaça de criminalização primária pelos legisladores nacionais, como chegou a ocorrer no Código Penal de 1890 (Império), que proibia a prática da “capoeiragem” (capoeira) em seu artigo 402. A capoeira, que hoje é vista pela sociedade como sinônimo de luta, arte e dança, na época era considerada pelos senhores de escravos como verdadeira “ameaça a ser combatida” através do aparato penal (SILVA, 2018).

Mais recentemente, tentativas de criminalização, direta ou indireta (disfarçada), de gêneros musicais típicos da juventude negra periférica, como o *funk*, podem ser apontados como símbolos da seletividade penal em ação no Brasil. Mencione-se, por exemplo, o PL nº 5194/2019, proposto pelo Deputado Federal Charles Thomacelli Evangelista (PSL), que visava responsabilizar criminalmente e punir os cantores de qualquer estilo musical que utilizem em suas músicas expressões pejorativas ou ofensivas (BRASIL, 2019). A proposição contou com o apoio de parte da sociedade, que desejava pôr fim aos bailes *funk*, típicas reuniões de jovens das periferias, caracterizadas pelas músicas e danças das favelas e pela presença predominante de pretos (SILVA; BRUNO, 2022, p. 43). Outro exemplo foi a Sugestão Legislativa nº 17/2017, que indicava o *funk* como “um crime de saúde pública à criança, aos adolescentes e à família” (RIBEIRO, 2017).

Ao criminalizar o funk, e o estilo de vida daqueles que se identificam como funkeiros, os que hoje defendem sua proibição são os herdeiros históricos daqueles que perseguiram os batuques nas senzalas, nos fazendo ver, de modo contraditório, as potencialidades rebeldes do ritmo que vem das favelas. (FACINA, 2009. p. 1)

Não é difícil constatar que os processos de criminalização das legítimas formas de expressão de grupos sociais segregados espelham o etiquetamento de corpos pretos como “perigosos à sociedade”, a serem, na lógica de emprego do aparelho penal pelas classes dominantes, combatidos em prol da segurança e de um suposto interesse público (SILVA, 2018).

A par das tentativas de criminalização (primária) de manifestações culturais da periferia preta, a seletividade penal é igualmente revelada na atuação cotidiana dos órgãos e agências da segurança pública e da persecução penal, como as polícias. Em especial, as ações das Polícias Militares têm sido direcionadas especialmente contra populações pretas e pobres, o que já foi explicado como sendo uma “herança racista” da formação da sociedade brasileira na atuação das polícias (criminalização secundária) (FRANÇA, 2021). Tal seria a explicação dos elevados números de violência e letalidade policial contra indivíduos jovens e negros no país. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 – 83% dos mortos pela política, em 2022, eram pessoas negras, no Brasil e, dentre esses, 76% possuíam entre 12 e 29 anos (jovens pobres e residentes de periferias) – (PACHECO; DAVID, 2023, p. 66).

Problema correlato é o que envolve o perfilhamento racial nas abordagens e revistas policiais, prática discriminatória que viola princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e a igualdade. No Brasil, tal prática afeta desproporcionalmente a população negra, associada erroneamente à criminalidade por estereótipos raciais historicamente construídos, como ficou decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do RHC nº 158.580/BA. O precedente reafirmou a ilegalidade de abordagens policiais baseadas unicamente na cor da pele ou no perfil socioeconômico do indivíduo. Em seu voto, o Ministro Rogério Schietti (relator) mencionou que “[...] infelizmente, ter pele preta ou parda, no Brasil, é estar permanentemente sob suspeita”. Entendeu-se que a mera suspeita fundada em características raciais não é suficiente para

justificar uma revista pessoal, enfatizando-se que a segurança pública deve ser exercida dentro dos limites do Estado de Direito, sem discriminações.¹

2 Método: a Análise de Discurso (AD) aplicada aos gêneros musicais da periferia negra (*trap*, *rap* e *funk*)

A Análise de Discurso (AD) francesa, inaugurada por Michel Pêcheux, articula os conceitos de língua, discurso, ideologia e sujeito. A precursora da AD francesa no Brasil é Eni Orlandi. Para ela, o objeto da disciplina é a “relação língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 15). O sujeito enunciante é alguém historicamente situado, que fala e produz sentido a partir de um lugar que não é físico, mas simbólico, construído historicamente nas relações sociais.

O papel da AD é explicitar o processo de constituição do sentido a partir da língua. Não se trata de mera interpretação de texto. A língua não é apenas o que se diz e sim “tudo aquilo que está envolvido no ato de dizer” (FREIRE, 2024, p. 14). O dizer é contingenciado, ou seja, determinado de fora para dentro, do mundo para o sujeito.

Apesar de ter nascido ligada à linguística, a Análise de Discurso possui nítido caráter interdisciplinar. Nas ciências sociais, a AD constitui valiosa ferramenta qualitativa de pesquisa acadêmica. No campo do Direito, sua utilização tem sido crescente (FREITAS, 2013; CADAN; ALBANESE, 2018; SIMIONI; GUIMARÃES, 2019; SCHINKE; SCHEIFLER, 2023). Em uma sociedade tão desigual e excludente como a brasileira, marcada por preconceitos de diversas naturezas, a compreensão da língua como prática social pode auxiliar o pesquisador a identificar os sentidos produzidos nas vozes periféricas.

A relação entre Análise de Discurso (AD) e artes como o cinema, a literatura e a música não é propriamente nova (SOUZA *et al.*, 2017; ROSA; ROSA; GAVIOLI-PRESTES, 2020; NASCIMENTO, 2021). Na presente pesquisa, contudo, propõe-se a aplicação da metodologia da AD a músicas de um gênero

¹ Na ocasião, o Ministro Rogério Schietti destacou que abordagens raciais violam não apenas direitos individuais, mas também aprofundam as desigualdades estruturais, contribuindo para a marginalização e criminalização de grupos vulneráveis, especialmente negros e pardos. A decisão dialoga com a análise da realidade brasileira feita pela criminologia crítica. Com efeito, a naturalização das desigualdades (socioeconômicas) em sociedades capitalistas periféricas – caso do Brasil – já foi descrita como o *habitus* da construção social de uma verdadeira subcidadania no país (Carvalho, 2014, p. 169). No paradigma criminológico da reação social, Carvalho visualiza o sistema de justiça penal como “mecanismo de gestão da subcidadania, ou seja, como forma de vigilância, controle, punição e até mesmo banimento sistemático dos subintegrados, por um lado, e a garantia da impunidade para os sobreintegrados, de outro” (Carvalho, 2014, p. 212).

musical particularmente ligado à juventude negra e moradora das periferias de centros urbanos brasileiros: o *trap*. Como analistas, buscamos compreender o processo de constituição de sentido nas canções de *trappers* conhecidos pela capacidade de ecoar narrativas de resistência e denúncia social.

Seguindo a metodologia da Análise de Discurso, passamos a seguir à construção de nosso dispositivo de análise, particularizado a partir da questão de pesquisa colocada, dos materiais analisados (o *corpus*) e do conhecimento teórico sobre o tema (Criminologia Crítica).

Com relação à delimitação do *corpus*, não procuramos uma exaustividade horizontal (extensão ou completude), mas vertical (profundidade). O que importa é mais a qualidade e menos a quantidade. Seria inviável analisar todas as músicas, de todos os artistas de sucesso dentro do gênero *trap* no Brasil. Para a AD, o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista (ORLANDI, 2015, p. 61), não se prendendo a fórmulas quantitativas pré-estabelecidas (FREIRE, 2024, p. 31).

Optamos por analisar músicas de *trappers* que alcançaram significativa popularidade, superando a casa de 1 (um) milhão de ouvintes por mês na plataforma musical Spotify. O *corpus* de análise será, então, composto por obras representativas do gênero, como “Vivências” (KayBlack), “7 Meiotá” (Felipe Ret, MC Cabelinho, e MC Maneirinho), e “Feirão dos 23” (Babidi, Chefin, LB Único, Distrito 23, Raflow).

Aliás, a Análise do Discurso das manifestações artísticas busca compreender como as letras das canções dialogam com o contexto socioeconômico e cultural das periferias, destacando o papel central que o *trap*, o *funk* e o *rap* desempenham como instrumentos de representatividade. Com efeito, esses gêneros musicais constituem espaços de denúncia de desigualdades sociais, racismo estrutural e outras formas de opressão, além de promoverem a valorização de identidades marginalizadas. Com essa abordagem, pretende-se evidenciar como as vozes periféricas, ao serem amplificadas pela música, constroem narrativas que transcendem os limites do entretenimento, tornando-se agentes de transformação social e meios de reivindicação de direitos e reconhecimento.

Seguindo o passo a passo metodológico proposto por Freire (2024), o objeto da análise depende da identificação de alguns conceitos fundamentais encontrados nos textos, os chamados *conceitos-análise*, que podem ser definidos a partir do interesse do analista (portanto, *a priori*) ou podem surgir durante o próprio processo de análise (*a posteriori*). Optamos pela definição a

posteriori, estratégia considerada adequada quando o analista possui um conjunto de textos específicos e quer explorá-los para compreender os sentidos que compõem seu *corpus* (FREIRE, 2024, p. 29).

Em uma primeira leitura (flutuante) do *corpus*, momento no qual o analista tem sua primeira relação de análise com o(s) texto(s), encontramos os seguintes conceitos-análise, comuns à maioria das músicas: “violência”, “polícia”, “juventude negra” e “periferia”. Tratam-se de temas comuns às manifestações culturais da periferia negra e pobre no Brasil e que, naturalmente, apareceriam nas canções dos *trappers* selecionados.

A etapa seguinte é a da leitura analítica propriamente dita, momento no qual o analista buscará responder algumas perguntas, que o ajudarão a evidenciar os sentidos do material: 1) como o texto constrói os conceitos principais antes identificados?, e 2) a que discurso pertencem os conceitos construídos no texto?

Utilizamos o termo “discurso” não em seu sentido ordinário, mas com o significado a ele conferido por Michel Pêcheux, Eni Orlandi e outros analistas: relação da língua com a ideologia, determinando os sentidos. Por sua vez, não adotamos a categoria “ideologia” em um sentido marxista – instrumento de mascaramento da realidade utilizado pela classe dominante para se sobrepor às demais classes – ou althusseriano – produto das condições materiais de existência, encarnadas nas condições gerais de produção e na centralidade ocupada pelo Estado –, mas como resultado da posição do sujeito em sua conjuntura sócio-histórica. Nos dizeres de Orlandi (2015, p. 45), “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história”. *Sua* história.

Percorrendo tal itinerário metodológico, a Análise de Discurso auxiliará na explicitação dos processos de constituição de sentidos a partir das letras das músicas que integram o *corpus* de análise.

3 Resistência negra e periférica ao sistema penal: os resultados da análise

3.1 “Vivências” (KayBlack)

O cantor, cujo verdadeiro nome é Kaique Menezes, inicia a canção intitulada “Vivências” com o seguinte verso: “Sobrevivente do inferno”, retratando um cenário de guerra, que é a vida de um sobrevivente. O título da música já

revela uma relação de identificação entre o enunciante (nesse caso, o autor da música) e as vivências a serem apresentadas na letra, caracterizadas pela luta do cotidiano de um jovem preto e morador de uma comunidade subalterna.

O contexto social fica claro desde o primeiro verso, que menciona um expressivo símbolo de resistência negra: a possível referência ao álbum “Sobrevivendo ao Inferno”, do grupo Racionais MCs, um dos maiores precursores do *rap* no Brasil. Desde a década de 1990, o grupo formado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay tem se destacado pelo insubstituível papel de denunciar a desigualdade social e o racismo no país, possuindo grande influência cultural nas favelas, principalmente por elevar e enaltecer a potência do indivíduo periférico (LISBOA, 2024, p. 155-156).

Os versos seguintes são:

Deus tá de bege, o diabo de terno
E eu só peço que me guarde, me proteja
E perdoe os meus pecados pra sair da lama

Não é novidade que, desde algum tempo, as favelas são territórios de forte atuação de religiões cristãs. Logo, a letra aborda que “Deus”, enquanto divindade protetora, veste roupas beges. Possivelmente, essa caracterização simboliza a utilização de vestes gastas e simples. Já a indicação do “diabo” de terno demonstra a “sujeira” que há de se sujeitar para avançar na “escalada” socioeconômica. O terno é uma veste utilizada em eventos sociais formais e em ambientes profissionais sofisticados, e, em ambos os cenários, é extremamente baixa a inserção de indivíduos pobres, moradores de periferia, pardos e pretos.

Demais disso, numa súplica por proteção e superação, o enunciante se direciona à divindade se utilizando da caracterização da permanência em um ambiente perigoso, instável e hostil: a periferia. Porque, conforme já explorado anteriormente, as favelas brasileiras são o alvo central da exclusão social e econômica, e esse contexto caracteriza a dilacerante crise da segregação em território nacional.

A canção segue:

Quantas vezes eu errei? Eu sei, eu reconheço
E eu paguei pelos pecados em busca da fama

Os “pecados” citados demonstram a indicação de desvios de conduta que se demonstraram necessários para a mudança das condições de vida, “em busca da fama”.

E continua:

Hoje eles me vê desfilando de nova meca
Fruto do meu corre, pro meu pai eu dei um Jetta
Pro Kevin e pro Kassyo o dinheiro do açai
Desculpa Cavera, eu roubei sua motocicleta
Vum (let's get it)
Ahn-ahn, e pra minha coroa uma mansão

“Real Kevin”, “Real Kassyo”, e “MC Caverinha” são irmãos do *rapper* KayBlack. Os irmãos compõem a família musical conhecida como “Real do *Trap*”, um nome que simboliza a força e a união dessa promissora linhagem artística. Porém, na “vida real” a família Queiroz Menezes não somente reflete a realidade de muitas famílias brasileiras (especialmente das periferias), como também tem desempenhado um papel fundamental no crescimento e na popularização das músicas periféricas.

Nos últimos anos, esses cantores se destacaram no contexto musical e conquistaram públicos diversificados, ampliando o alcance do *trap* nacional. Por meio de suas trajetórias, os jovens, anteriormente moradores de comunidade, vêm ajudando a consolidar a presença das vozes periféricas no cenário musical – cujo impacto não se limita à indústria, mas também é parte inovadora e essencial da cultura brasileira.

A intenção dos fragmentos destacados é a demonstração da retribuição das conquistas pessoais econômicas à família, que também foi vítima do quadro precário das periferias brasileiras.

Os próximos versos a analisar são estes:

Joga nos menor os cordão
Vão dizer que é ostentação
Mas eu digo que não, isso é superação
Filho, eu tô cumprindo a missão
Juro que vai girar o mundão
Tudo pronto pr'ocê chegar
Enxoval da Lala, já nasci campeão
Que me guarde, me proteja
E perdoa minhas falhas pra sair da lama [...]

Novamente, o texto faz referências à família, numa perspectiva de retribuição ao sofrimento vivido durante o tempo anterior à ascensão na música do cantor. É lógico e até natural que, após um passado de escassez, o ser

humano busque promover estabilidade econômica aos seus descendentes, conforme o que se evidencia em “Enxoval da Lala, já nasci campeão”.

O trecho “perdoa minhas falhas” apresenta a mesma superfície linguística de passagem anterior, “perdoe os meus pecados”. Em ambos, o enunciante coloca-se em uma posição de justificar seu comportamento (“falhas”, “pecados”) perante Deus, sempre “para sair da lama”. A lama é a metáfora usada para descrever, no espaço do não dito, a situação de múltiplas vulnerabilidades sociais da juventude negra e moradora das periferias das principais capitais brasileiras, como São Paulo.

O texto continua:

[...] Preto, pobre, perigoso, passado periculoso
Presente premeditado, pousado perde pescoço

Trata-se de passagem muito rica em significados a serem explorados. O compositor, atuante na escrita e na produção musical, traduz os seus percursos e história de vida em suas criações, tendo em vista que a criação artística – incluindo a música – é uma forma de expressão que reflete as experiências, sentimentos, crenças e influências do autor.

A fala de autocaracterização do cantor como “preto, pobre e perigoso” mostra a potência da inserção social de KayBlack como integrante da juventude negra e de periferia na cidade de São Paulo. O trecho destacado mostra uma contundente crítica do cantor aos processos de etiquetamento social por meio dos quais corpos negros são considerados como uma ameaça à sociedade. Quando, em complemento, a canção fala em “passado periculoso”, o artista critica o estereótipo predominante na mentalidade coletiva brasileira: o de que, sendo negro ou pardo, a probabilidade de um indivíduo ter trilhado caminhos ilícitos e traiçoeiros é maior.

A construção dos conceitos de juventude e periferia, na letra de “Vivências”, tal qual explicitado acima, revela que o texto expressa um discurso de resistência da parcela socialmente marginalizada – ou seja, que vive à margem – às percepções estereotipadas que sofrem indivíduos como o próprio *trapper* (“preto, pobre e perigoso”). Trata-se de poderoso discurso emancipador.

Sob outro ponto de vista, a letra da canção “The Box Medley”, dos artistas Bruxo 021, Martelin, QTZ Tivitin e Yung Nobre, também reafirma o repúdio a esta ideia estigmatizada atrelada aos precursores de ritmos provindos das favelas: “Artista não é bandido, nós só canta o que vê”.

3.2 “7 Meiota” (Filipe Ret, MC Cabelinho e MC Maneirinho)

Porque ao invés de eu dar uma arma na mão de uma criança de brinquedo
Eu prefiro dar uma bola
Eu prefiro dar uma bicicleta
Eu prefiro dar um bagulho
Porque eu não vou incentivar eles nunca a dá tiro na polícia
Só que a própria polícia incentiva eles, sabe como?
Entrando na casa de um menó de 10 anos
E dando tiro na cara do pai dele
Como é que ele vai crescer? Com amor no coração?

A canção “7 Meiota”, com 71 (setenta e um) milhões de reproduções no Spotify, apresenta, no nosso *corpus* de análise, o texto que mais articula os conceitos fundamentais de violência/polícia, de um lado, e juventude negra/periferia, de outro.

A música começa com a simulação de um diálogo entre o cantor MC Cabelinho e o ouvinte (interlocutor). Em sua fala, o artista identifica a existência de um estímulo à violência por parte da polícia, enquanto importante agência da repressão criminal. O texto denuncia que a violência e seletividade na atuação dos agentes da lei acabam por refletir no futuro dos jovens moradores das periferias, que crescem rodeados por um contexto social caracterizado pela guerra do tráfico, e pelo combate sangüinário das operações policiais.

Os próximos versos seguem abaixo:

7 meiota apontado lá pros alemão
Menor revolta já cresce de bico na mão
Aqui eles não brota nem de caveirão

O refrão da música remete ao uso de equipamento bélico, por meio do termo “7 meiota”, gíria que alude a uma pistola de calibre 7.65. A referência a tal armamento na superfície linguística representa poder e proteção, funcionando como uma metáfora de resistência e prontidão frente às adversidades impostas pelo sistema penal (seletivo) à juventude moradora das periferias brasileiras, sobretudo a negra. O termo “alemão”, amplamente empregado no contexto das periferias, aparece como uma expressão multifacetada, utilizada tanto para designar inimigos de facções rivais quanto para representar a força policial, evidenciando o embate constante e a tensão vivida nesses ambientes.

A escolha de tais metáforas reforça a narrativa de sobrevivência e luta presentes na letra, fundamental à compreensão do discurso subjacente à construção dos sentidos no texto.

Também se extrai como a música constrói um determinado sentido particular de “juventude”, referindo-se especialmente à situação de grande vulnerabilidade social das crianças integrantes de famílias da periferia. Não é novidade, de fato, que crianças vivem o desafio de crescerem e se desenvolverem em um meio marcado pela violência policial e pelos confrontos armados, às vezes diários. A canção “7 Meiotá” sugere ser impossível que se cobre uma conduta não desviante de indivíduos que, desde a infância, são expostos a situações de injustiça de toda sorte, à privação de oportunidades e à perda precoce de entes queridos. Em virtude disso, os infantes se revoltam (“Menor revolta”) e crescem engajando-se na luta do tráfico, desde novos, com armas de combate (“já cresce de bico na mão”).

Nesse aspecto, o uso de armamentos pesados nas periferias brasileiras está diretamente associado a contextos de vulnerabilidade social, desigualdade econômica e violência urbana, configurando-se como um fenômeno complexo e multidimensional – porque, conforme anteriormente explorado, este espectro é atrelado às características segregacionistas impregnadas na cultura nacional, como o racismo e a aporofobia.

As zonas territoriais precárias das periferias são majoritariamente marcadas pela ausência do Estado em termos de serviços básicos e segurança pública, e acabam sendo dominadas por organizações criminosas que utilizam de armas de alta potência como ferramenta de poder e controle territorial. Dessa forma, a abordagem artística sobre as condições dos “morros” reflete não apenas a precariedade do tecido social, mas também o avanço do tráfico de armas e a falta de políticas públicas eficazes para a redução da violência.

Deve-se pontuar, também, que os aparelhamentos de guerra presentes nessas margens urbanas não se limitam às mãos de organizações criminosas, mas também atingem a população que, em muitos casos, buscam proteção em um ambiente onde a presença policial pode ser percebida como mais um dos elementos de conflito.

Adicionalmente, a estética do uso de armas é frequentemente retratada na música, na literatura e em outras expressões culturais das periferias, simbolizando tanto a resistência quanto a precariedade de uma realidade onde a violência se impõe como parte do cotidiano. Esse contexto reforça a urgência de ações integradas que não apenas combatam o tráfico de armas, mas

também promovam alternativas sociais e econômicas que possibilitem a transformação dessa realidade.

O texto prossegue com os seguintes versos:

[...] Vai sobrar pra qualquer viatura
Muita fé em Deus no peito
Glock de pente alongado
É o kit que te costura
Pra novinha eu sou um troféu
Lua cheia no morro o traçante vermelho passa iluminando o céu

O segmento analisado, novamente, constrói a conjuntura intimidante da guerra do tráfico, por meio de uma ameaça cantada aos excededores dos poderes punitivos. Mais uma vez, os cantores encaram o papel de denunciar a realidade assombrosa de territórios “órfãos” do Estado. Leia-se: a aglomeração da população nas periferias, desde o início do processo de urbanização brasileira, foi completamente negligenciada pelos governantes, que nunca moveram esforços pela implementação de infraestruturas em prol da educação, da saúde, ou da segurança das populações locais (BIRNFELD; CRUZ, 2021, p. 74). Consequentemente, hoje o Estado encara tais regiões como “terras sem lei”, cujas regras são ditadas pelos comandantes de facções criminosas. Talvez, a crítica ideal a ser exposta é a reação tardia dos poderes estatais, que, hoje, claramente incomodam-se com o crescimento do pluralismo jurídico no Brasil, e buscam, por meio de expedições violentas e desumanas (as grandes “operações policiais”), impor a “ordem” – que, na verdade, reflete apenas o conceito de organização de seu próprio sistema jurisdicional, sem contemplar as necessidades e desafios dos moradores das periferias.

Ainda, ao representar o locutor como um “troféu” para as mulheres, o texto evidencia um local de fala no qual a ostentação de poder e a lealdade emergem como valores centrais. Tais projeções refletem numa abordagem específica da sexualidade e da atração feminina por homens inseridos nesse arriscado estilo de vida de exposições à violência policial, e aos conflitos entre facções.

Construindo os sentidos de juventude e de periferia, “7 Meiota” destaca, sob essa perspectiva, a importância da lealdade e do amor como elementos estruturantes das relações interpessoais em um ambiente marcado pela hostilidade. Nesses espaços, a figura da companheira que permanece ao lado do parceiro, mesmo diante de adversidades, assume um papel crucial, tendo em

vista que as vivências da periferia são marcadas pelos momentos de escassez e desafios – sejam eles relacionados à pobreza e à falta de oportunidades, sejam eles relacionados à violência predominante. Por lógica, os obstáculos acabam por reafirmar a relevância de vínculos afetivos sólidos como mecanismos de resistência e sobrevivência coletiva. Tal conclusão reforça a identificação do discurso de resistência periférica à sociedade excludente e seus aparatos de repressão penal, presente na formação discursiva de “7 Meiota”.

O conceito de violência no texto é construído de forma detalhada. Os cantores utilizam, na letra, a figura obscura e aparentemente incompreensível do “traçante vermelho”: trata-se de um tipo específico de munição, conhecida como projétil traçante. Essa munição possui uma composição química especial em sua base, geralmente um material pirotécnico, que emite luz intensa ao ser disparado, tendo como objetivo militar de facilitar a mira e o ajuste do tiro – especialmente em combates noturnos ou de baixa visibilidade (EXTRA, 2024). Não somente é utilizado em armas automáticas, como metralhadoras, para controlar a direção do fogo contínuo, mas também cumpre a função de causar efeitos psicológicos nos adversários, atuando como uma espécie de “aviso de mira”.

[...]

Minha tropa toda de preto caçando lobo guará
Se lá recebem arrego, nego, aqui nós tá com a
7 meiota apontado lá pros alemão

A exploração do termo “lobo guará” enquanto objeto de “caça” faz perceptível menção à nota de duzentos reais, lançada em agosto de 2020, no segundo ano do governo Bolsonaro (MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO; LIVIANU, 2023).

Já faz um tempo que ele não passa da barricada
Se subir, tentar entrar, nós vai furar o cara de lata
12 por 1 que estala, os comércio para, o vapor recolhe a carga
O tempo fecha, a chuva de bala, nós tira o pino da granada

A reprodução de um contexto de batalha, por meio de menções aos tiros, às granadas (projéteis explosivos), e às barricadas (uma espécie de trincheira improvisada com obstáculos para fins defensivos), consolida a caracterização do confronto dos morros entre os esforços governamentais – que buscam o combate do tráfico de drogas – e as organizações criminosas rivais.

A música continua:

Deixei minha dona, sim, forte abrir um salão
Comprei uma CPX pra ela
Pra ela dar um rolé no morro

Em contrapartida ao clima de guerra generalizado nas periferias, fica claro que parte do discurso de resistência passa pela promoção, em “7 Meiota”, da valorização do comércio local e do empreendedorismo feminino nas comunidades excluídas. No excerto acima, o locutor faz menção a “deixar a dona forte”, isto é, presentear a parceira, com a abertura de um salão de beleza. O trecho analisado também reforça a importância dos vínculos afetivos e familiares como espécie de mecanismo de construção de resiliência e resistência por parte dos moradores de tais localidades.

Ela é minha O1, rodei me visitou em Bangu
Minha preta dá de 10 a 0 nessas paty de olho azul

Este, certamente, é um dos trechos que mais reafirmam a valorização de um relacionamento amoroso leal. A utilização da gíria “rodei”, remete a um momento em que o *trapper* estaria, supostamente, em apuros, por ter sido “pego pela polícia” e direcionado ao Complexo Penal de Bangu, no Rio de Janeiro. O contraste racial também fica nítido na passagem, quando os cantores contra-põem a “preta” e as “paty de olho azul”.

3.3 “Feirão dos 23” (Babidi, Chefin, LB Único, Distrito 23 e Raflow)

Dois pentão de 30 (dois pentão de 30)
Pra quem quiser ficar de exemplo (ahm-ahm)
Meu vulgo na camisa (23)
Explanando da onde eu venho (ah, ê)
Enriqueci minha firma (enriqueci minha firma)
Mostrei talento e desempenho (oh-ah)
[...]

Com uma visão crua e realista, a letra de “Feirão dos 23”, de Chefin, em parceria com Raflow, expõe como a violência e o tráfico de drogas se

entrelaçam à rotina de muitos moradores das periferias brasileiras. Aplicando a metodologia própria da Análise de Discurso, percebe-se claramente como a construção dos conceitos de violência, juventude (negra) e periferia se entrelaçam mutuamente, a partir de um discurso, como nas canções anteriores (“Vivências” e “7 Meiotão”), de identidade periférica e de resistência cultural. Em “Feirão dos 23”, o texto aborda o cotidiano nas ruas, onde a sobrevivência, por vezes, exige a aceitação e a participação no universo do crime organizado, denotando a posição social do enunciante em seu contexto histórico: indivíduo negro, morador de favela. Chefin, *rapper* e compositor, é natural do Rio de Janeiro.

Nos primeiros versos da canção, sobressai de imediato o tema da violência. “Pente” é um dispositivo utilizado para o armazenamento de cartuchos de munição, cujo objetivo é a inserção desses projéteis no carregador ou no cilindro de uma arma de fogo. Logo, ao prometer dois “pentão” de 30 (ou seja, com capacidade de armazenamento de trinta projéteis) para “quem quiser ficar de exemplo”, o texto faz uma advertência: quem fugir da conduta esperada na comunidade sofrerá, como consequência, a execução.

A citação do “vulgo” na camisa refere-se à impressão (estampa/serigrafia) realizada na parte de trás das camisas de times de futebol, enquanto a escolha do número 23 para esse registro parece remeter a um grupo exclusivo de leais amigos, carinhosamente adotada pelo cantor como um sinal de valorização “dos seus”. Além disso, a referência ao número pode simbolizar que essa associação se vale de códigos, enquanto elementos de unificação e hierarquia, neste ambiente onde a sobrevivência, muitas vezes, depende da adesão a um coletivo confiável e unido.

Em decorrência da estampagem na veste, os externos poderiam, facilmente, verificar as origens do locutor – que, visivelmente, são motivo de orgulho para quem canta. Certamente, a exaltação das raízes do músico remete a um passado de escassez e dá voz à necessidade de muita força para a superação do profundo contraste entre distintas realidades sociais no país.

Logo, trazendo à tona uma crítica às disparidades que permeiam a sociedade, o texto avança para uma narrativa de superação e conquista, destacando o progresso pessoal ou profissional do autor, do mesmo modo que na canção “Vivências”. A frase “enriqueci minha firma” sugere sucesso financeiro ou crescimento no trabalho, enquanto “mostrei talento e desempenho” reforça o reconhecimento do esforço e habilidade como elementos-chave para esse sucesso.

A música prossegue:

[...]
O que eu vejo em volta é o crime nas ruas
É o menor na boca
Pode acreditar, se eu morasse na Praia da Barra
Eu falava da orla
Realidade é outra, aqui os menor trafica
Aqui a Glock tem roupa

Os versos “O que eu vejo em volta é o crime nas ruas/É o menor na boca” descrevem uma realidade em que jovens em situação de vulnerabilidade são frequentemente levados ao envolvimento com o tráfico de drogas, sendo “boca” um termo coloquial para ponto de venda de entorpecentes. Essa narrativa destaca a falta de alternativas socioeconômicas que direcionam esses menores a atividades ilícitas como forma de subsistência.

Já a frase “Pode acreditar, se eu morasse na Praia da Barra/Eu falava da orla” estabelece um contraste claro entre dois mundos distintos. A Praia da Barra é um local no Rio de Janeiro associado à elite carioca, que simboliza conforto e segurança. Em oposição, nas periferias, a violência e o tráfico predominam. Dessa forma, é sugerido na música que a perspectiva narrada seria completamente diferente se o compositor pertencesse a uma classe privilegiada.

Quando o texto enuncia que a realidade é outra, e que naquele ambiente – a periferia –, os rapazes comumente traficam, fica claro que o contexto sócio-histórico que determina a construção dos sentidos da música é o de uma realidade, vivida pelos jovens nas comunidades periféricas, profundamente marcada pelo tráfico e pela violência armada. A referência à “Glock”, famosa arma de fogo de procedência estrangeira, enfatiza a normalização da violência nesse contexto. O cantor não nega, não mascara ou suaviza a violência presente em sua comunidade; ao contrário, ele coloca tudo às claras, sem eufemismos linguísticos. A construção do conceito “violência” como uma espécie de resposta natural das comunidades periféricas às violências por elas sofridas, como, por exemplo, a violência policial, é perpassada por um discurso de resistência, nesse caso uma resistência que não fica restrita ao âmbito cultural, mas materializa-se como atos concretos de luta armada.

Os próximos versos no texto são os seguintes:

Então eu boto meu bloco na pista
Não é carnaval, mas os menor desfila
Tem tanto bico, eu me sinto na Síria
Levanta a mão, faz o sinal da firma (23)
Tudo, tudo que o mano falar vira regra
É jogado fora se não seguir à risca (ah-ê)
A luz do salão e o pisca-alerta liga
Boto a barricada no lugar se tu tirar (23)

Mais uma vez, nota-se um retrato complexo das dinâmicas de poder e violência em ambientes periféricos. O uso da metáfora “Tem tanto bico, eu me sinto na Síria” na superfície linguística estabelece um paralelo entre o contexto local e um cenário de guerra como o do país situado no Oriente Médio, o que evidencia a intensidade do conflito e a presença ostensiva de armas de fogo ou violência estrutural. A periferia urbana é caracterizada como uma zona de guerra, com destaque à sensação de insegurança e tensão constante enfrentada pelos moradores. Essa associação também sugere a ideia de uma normalização da violência, na qual o conflito armado faz parte do cotidiano, assim como ocorre em regiões devastadas por conflitos políticos e militares.

A expressão “Levanta a mão, faz o sinal da firma (23)” aponta para a existência de símbolos e gestos que reforçam a identidade coletiva dentro de um grupo, como em organizações criminosas ou comunidades de resistência. O “sinal da firma” é uma marca de pertencimento, demonstrando a importância de lealdade e coesão dentro dessas estruturas. Essa dinâmica evidencia a construção de poder dentro de microestruturas sociais que emergem em contextos de marginalização. Aqui, portanto, sob o ponto de vista da Análise de Discurso, o analista percebe o surgimento de um novo conceito importante, o de identidade (de indivíduos ou grupos marginalizados). Ele é construído discursivamente a partir da posição sócio-histórica de resistência, o que significa dizer que “juventude negra”, “periferia”, “violência” e, agora, “identidade” são conceitos cujos significados só podem ser bem compreendidos, nas músicas, se o analista possui o conhecimento teórico acerca do funcionamento seletivo das instâncias de controle social (polícia, justiça) e do conseqüente etiquetamento imposto sobre jovens negros das periferias brasileiras, que se valem da sua arte para denunciar as mazelas sociais de que são vítimas.

Torna-se clara, nas vozes de cada um desses artistas, uma crítica implícita às desigualdades estruturais que perpetuam a realidade em que vivem. Com efeito, a ausência de políticas públicas eficazes, oportunidades educacionais e alternativas econômicas sustentáveis emerge como pano de fundo dessa narrativa, sugerindo que a sociedade, como um todo, tem responsabilidade na manutenção desse ciclo.

Os resultados da aplicação da metodologia da Análise de Discurso nas músicas selecionadas servem para discutir a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas integradas, que reconheçam e incentivem genuinamente as manifestações culturais das periferias como forma de resistência e inclusão social. Para isso, seriam essenciais iniciativas que, por exemplo, promovam uma incorporação da arte periférica em currículos escolares, como parte de uma educação antirracista e inclusiva.

Paralelamente, também seriam recomendáveis práticas educativas oficiais que objetivem o enfrentamento da violência institucional nas favelas, por intermédio de um verdadeiro treinamento antidiscriminatório das forças policiais atuantes no Brasil e atividades de maior aproximação comunitária, em colaboração com líderes locais e artistas.

4 Considerações finais

Ao longo deste estudo, analisou-se como o sistema penal brasileiro opera de maneira seletiva, com foco na criminalização de corpos negros e periféricos, além de como a resistência cultural, particularmente através da música de gêneros como o *trap*, *rap* e *funk*, atua como uma ferramenta de denúncia e fortalecimento identitário.

Através da metodologia da Análise de Discurso (AD), a pesquisa procurou identificar como as letras das músicas integrantes do *corpus* de análise não apenas expressam a vivência das mazelas sociais e a seletividade penal, mas também constroem discursos de resistência e emancipação que rompem com a narrativa dominante.

A análise buscou compreender os processos de construção de sentidos presentes nos textos (músicas), sobretudo relacionados a conceitos importantes como “violência”, “polícia”, “juventude negra” e “periferia”. Ficou nítida a importância de enxergar as produções culturais das periferias como uma

resposta legítima à opressão social e ao etiquetamento (*labelling*) promovido pelo aparato penal. A música, como canal de expressão, transcende seu papel de entretenimento ao funcionar como um manifesto contra a exclusão e a desigualdade e, assim, fornece uma identidade coletiva que busca justiça social e reconhecimento.

Adotando como referencial teórico para a construção do dispositivo de análise a Criminologia Crítica, pretendeu-se enfatizar a relevância de incorporar a perspectiva cultural no debate jurídico.

A partir dos resultados da análise, foi possível discutir brevemente a necessidade de futuras avaliações sobre como as políticas públicas adotadas em nosso país devem reagir às narrativas culturais periféricas, que exigem de forma urgente a redução das desigualdades e a valorização das culturas subalternas. Propostas convergentes a uma melhor educação em direitos humanos precisam ser pensadas com maior aprofundamento, devendo ser exploradas em pesquisas futuras.

Em suma, a pesquisa reafirmou que a seletividade penal no Brasil não é apenas um reflexo das desigualdades estruturais, mas também um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais. Em tal cenário, a resistência cultural periférica surge como uma força transformadora, desafiando o poder dominante e reivindicando o direito à voz. O estudo, ao evidenciar a potência dessas manifestações artísticas, fortalece a compreensão de que a cultura é um campo essencial de luta por direitos e dignidade.

“Black, Poor, Dangerous, Periculous Past”: Criminal Selectivity and Peripheral Cultural Resistance, A Discourse Analysis of Musical Productions of Rhythms from Brazilian Favelas

Abstract: The present study investigates Brazilian criminal selectivity and its intersection with peripheral cultural resistance, focusing on musical genres from favelas, such as trap, rap, and funk. From the perspective of Critical Criminology, it analyzes how criminalization disproportionately targets young black and poor individuals from the outskirts, highlighting the repressive function of the penal apparatus. Through Discourse Analysis methodology, lyrics of songs are examined to explore resistance narratives challenging structural oppression and reclaiming subaltern identities. The findings reveal that music expresses inequality experiences and constitutes a space for social emancipation and denunciation of human rights violations, reinforcing the importance of peripheral culture as a means of resistance and social transformation. It concludes there is a need for public policies valuing such artistic manifestations, integrating them into educational curricula and actions reducing inequalities.

Keywords: Penal selectivity. Cultural resistance. *Favelas* (slums). Trap. Discourse Analysis.

Referências

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 36/37, p. 83-88, 2007.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BIRNFELD, Carlos André Sousa; CRUZ, Arthur Votto. Pluralismo jurídico nas favelas brasileiras: observações acerca da legitimidade. *Crítica y Resistencias: Revista de conflictos sociales latinoamericanos*, n. 12, p. 69-84, 2021.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 5.194, 24 setembro de 2019*. Altera o artigo 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, transformando seu atual parágrafo único em parágrafo primeiro, acrescido de alíneas, para tipificar como crime qualquer estilo musical que contenha expressões pejorativas ou ofensivas nos casos trazidos por esta lei. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=222157>. Acesso em: 16 maio 2024.

CADAN, Danielle; ALBANESE, Luciana. Um olhar clínico para uma Justiça cega: uma Análise do Discurso de psicólogos do sistema de justiça. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, p. 316-331, 2018.

CARVALHO, Thiago Fabres de. *Criminologia, (in)visibilidade, reconhecimento: o controle penal da subcidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

CARVALHO, Salo. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 104, p. 279-303, 2013.

CARVALHO, Salo. *Antimanual de Criminologia*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

CASTRO, Lolita Anyar. La criminología crítica en el siglo XXI como criminología de los derechos humanos y la contra-reforma humanística o 'las teorías criminológicas no son inocentes'. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 17, n. 76, p. 265-291, 2009.

COPELLI, Giancarlo Montagner. A tradição e a construção do Brasil. *Consultor Jurídico (Conjur)*, 25 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-25/diario-classe-tradicao-construcao-brasil/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

ESPECIALISTA explica como funcionam balas traçantes, que voltaram à cena em confrontos no Rio. *EXTRA*, 27 de abril de 2024. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2024/04/especialista-explica-como-funcionam-balas-tracantes-que-voltaram-a-cena-em-confrontos-no-rio.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2024.

FACINA, Adriana. 'Não me bate doutor': funk e criminalização da pobreza. In: *V ENECULT* (Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura), 2009, Salvador. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult2009/19190.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

FILIPPE RET; MC CABELINHO; MC MANEIRINHO. *7 meiotá*. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/7GIKZPZO2XihVCSwHboMTb?si=89fc90247b724a3d>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FLORESTAN, Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FRANÇA, Fábio Gomes. O perigo negro! A herança racista da polícia moderna no Brasil. *O Público e o Privado*, v. 19, n. 40, p. 123-149, 2021. DOI: <https://doi.org/10.52521/19.5405>

FREIRE, Sérgio. *Análise de discurso: procedimentos metodológicos*. 3. ed. Manaus: EDUA, 2024.

FREITAS, Lúcia. Análise crítica do discurso em dois textos penais sobre a Lei Maria da Penha. *Alfa*, vol. 57, n. 1, p. 11-35, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. *Agência de Notícias IBGE*, 30 de novembro de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>. Acesso em: 21 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$ 12,4). *Agência de Notícias IBGE*, 13 de novembro de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>. Acesso em: 21 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2023. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f0e60dee3b61a117583496f478fcbafb.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

JAKOBS, Günther. *Direito Penal do Inimigo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KAYBLACK. *Vivências*. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/76PSvY34ovx8MVJL9wHAXS?si=88448926bcdf4e27>. Acesso em: 3 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO; LIVIANU, Roberto. A invisível nota de 200 do lobo guará. *Congresso em Foco UOL*, 24 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opiniao/forum/a-invisivel-nota-de-200-do-lobo-guara/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, 2005-2006.

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. O texto e sua polissemia, a educação em favor da esperança: análise do discurso da música “Mais uma vez”, do Legião Urbana. *Cognitions Scientific Journal*, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2021.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PACHECO, Dennis; Marques, David. A heterogeneidade territorial da letalidade policial no Brasil. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023, p. 62-67. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

RAFLOW; CHEFIN; DISTRITO 23; BABIDI; LB ÚNICO. *Feirão dos 23*. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4V1MOX0xhbRroh6YBmAVZg?si=66f5b941aaef4852>. Acesso em: 3 dez. 2024.

RIBEIRO, Ana Clara. Da inconstitucionalidade e impossibilidade fática da proibição do funk. *Jusbrasil*, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/da-inconstitucionalidade-e-impossibilidade-fatica-da-proibicao-do-funk/472727513>. Acesso em: 8 abr. 2024.

ROSA, Marieli; ROSA, Micheli; GAVIOLI-PRESTES, Cindy Mery. O filme “Corral” na perspectiva da Análise de Discurso Crítica: reflexões sobre racismo, ideologia e discurso na atualidade. *Revista Linguagem em Foco*, v. 12, n. 3, p. 89-109, 2020.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, Ílison Dias dos. *Aporofobia e poder punitivo no Brasil*: lineamentos de um conceito criminológico-crítico frustrado. 2020. 62 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SCHINKE, Vanessa Dornelles; SCHEIFLER, Daniela Severo de Souza. A reescrita de decisões judiciais como deslizamento de sentidos: da análise do discurso à literatura. *Revista Direito e Práxis*, vol. 14, n. 4, p. 2664-2687, 2023.

SILVA, José Bruno Aparecido da; BRUNO, Laura Soares da Silva. Da roda de samba ao baile funk: uma perspectiva histórico-jurídica da tentativa de criminalização da cultura negra no Brasil. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, v. 5, n. 3, p. 34-48, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.5.3-4>

SILVA, Luciano André da Silveira; CURY, Nafez Imamy Sinício Abud. Criminologia Crítica: teoria do etiquetamento criminal. *Biblioteca Digital MJ*. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4162>. Acesso em: 27 maio 2023.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto; GUIMARÃES, Henrique Cassalho. O sentido das súmulas: uma reflexão teórica a partir da análise de discurso de Michel Pêcheux. *Seqüência*, n. 83, p. 122-141, 2019.

SOUZA, Tatiane Almeida; TINOCO, Dhienes Charla Ferreira; PEIXOTO, Priscila de Andrade Barroso; LUQUETTI, Eliana Crispim França. Análise do discurso: um estudo acerca da música “Admirável Gado Novo” de Zé Ramalho. *Revista Philologus*, n. 69, p. 439-449, 2017.

SUSSMAN, Robert. *The myth of race*. Cambridge, Massachusetts, EUA: Harvard University Press, 2014.

LISBOA, Mateus da Silva. ‘Vida loka original’: engajamento e autenticidade no Racionais MC’s das décadas de 2000 e 2010. *Revista Música*, v. 24, n. 1, p. 149-177, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/rm.v24i1.225830>

ZAFFARONI, Eugênio *et al.* *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio; PIERANGELI, José. *Manual de Direito Penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

KALIL, Maria Clara de Lisieux; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós. “Preto, pobre, perigoso, passado periculoso”: seletividade penal e resistência cultural periférica, uma análise de discurso de produções musicais de ritmos originados nas favelas brasileiras. *Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC*, Belo Horizonte, ano 12, n. 23, p. 53-79, jan./jun. 2025.